



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

PROJETO DE LEI Nº EM-035/2014

Dispõe sobre a autorização para a participação do município de Divinópolis no Consórcio Regional de Saneamento Básico Boa Vista – CORESAB BOA VISTA.

Art. 1º – Fica autorizada a participação do município de Divinópolis no Consórcio Regional de Saneamento Básico Boa Vista – CORESAB BOA VISTA, a ser firmado com os municípios de Cláudio, Itapecerica, Oliveira e Carmo da Mata .com a finalidade de prestar serviços nas áreas de gestão de resíduos sólidos, saneamento básico, recursos hídricos, planejamento urbano, etc, visando a melhoria das condições de saúde pública, meio ambiente e qualidade de vida da população, pelo Contrato de Consórcio Público, por seus estatutos e pelos demais atos ou normas que venha a adotar.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Divinópolis, 16 de junho de 2014

Vladimir de Faria Azevedo
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

Ofício EM N° 039/ 2014

Em 16 de junho de 2014.

Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Vasconcelos de Almeida Kaboja
DD. Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a esta Egrégia Casa para que seja submetida à apreciação e soberana deliberação desse nobre e esclarecido Legislativo, Projeto de Lei que dispõe sobre a autorização para a participação do município de Divinópolis no Consórcio Regional de Saneamento Básico Boa Vista – CORESAB BOA VISTA.

O referido consórcio foi constituído desde março/2011 com a participação dos municípios de Cláudio, Carmo da Mata, Oliveira e Itapeverica e, atualmente outros 13 (treze) municípios manifestaram interesse em aderir ao referido consórcio com o fito de viabilizar o acesso universal da população destes municípios aos serviços públicos para o desenvolvimento sustentável, a cooperação interfederativa por meio do consorciamento de municípios que se apresenta como a alternativa mais adequada.

Em 02/06/14 os quatorze municípios enumerados no documento em anexo foram convidados pela Assessora Especial da SEDRU – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana para tratar de assunto referente ao Programa PAC I e PAC II o qual tem por fim fazer projetos de destinação final de resíduos sólidos conforme disposto na Lei Federal 12.305/10.

Registre-se que o Governo Federal disponibilizará recursos através de convênio firmado entre o Ministério das Cidades e a SEDRU, para a execução de projetos que tratam da destinação final dos resíduos sólidos, somente, aos Municípios que se organizarem através de consórcio intermunicipal.

A curto prazo, esse consórcio visa o recebimento de recursos federais para viabilizar a implantação de aterro sanitário nos moldes estabelecidos na Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

Este modelo de gestão associada de serviços públicos deve ser desenvolvido a partir de desenhos institucionais que promovam e assegurem economia de escala, propiciando condições mais favoráveis para a universalização da oferta dos serviços com qualidade e custos reduzidos. Tais pressupostos vêm ao encontro do estabelecido pelo Princípio da Eficiência disposto na Emenda Constitucional nº 19/98.

O advento da Lei nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, que *"dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências"*, e do Decreto nº. 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta a lei supracitada, proporciona um ambiente normativo favorável para a cooperação entre os entes federativos, permitindo que sejam utilizados com segurança os institutos previstos no artigo 241 da Constituição Federal.

As legislações nas esferas federal e estadual para a gestão de resíduos sólidos têm incentivado o consorciamento de municípios, priorizando apoio institucional e acesso a recursos financeiros. Nesse sentido a política para gestão de resíduos sólidos urbanos em Minas Gerais desenvolveu estudos para orientar a regionalização de consórcios intermunicipais. Face aos estudos desenvolvidos para os municípios enumerados no documento em anexo pode-se confirmar a adequação da alternativa de consorciamento para esses municípios.

A partir de entendimentos preliminares entre esses municípios foi iniciado o processo de negociação, no qual ficou definida a criação de uma entidade regional de cooperação, na forma de um consórcio público de direito público, de caráter autárquico, integrante da administração descentralizada dos municípios e com a atribuição de promover a gestão associada dos serviços públicos que propiciem o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO BOA VISTA – CORESAB BOA VISTA** deverá executar as tarefas de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos, delimitados pelos municípios consorciados, bem como podendo prestar parte desses serviços ou delegar sua prestação por meio de contrato de programa ou contrato de concessão. Tal iniciativa qualificará as relações entre os municípios dessa região com seus prestadores, resultando em um forte estímulo para a universalização do atendimento e, assim, beneficiando a população mais carente e promovendo a inclusão social.

No momento em que as esferas de governo estadual e federal apoiam a melhoria e ampliação da oferta dos serviços tais como a gestão de resíduos sólidos, saneamento básico, recursos hídricos, planejamento urbano, etc, esse consórcio público poderá desempenhar papel decisivo para o desenvolvimento sustentável da



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

região. Adicionalmente, o consórcio terá capacidade de promover sinergia entre as ações do setor público, empresas privadas e sociedade civil.

Assim, rogamos, pois, a pronta atenção de V. Exa. e demais ilustres Vereadores, na análise e aprovação do Projeto de Lei em tela, **EM REGIME DE URGÊNCIA**.

Oportunamente, reiteramos a V. Exa. e seus ilustres pares, os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Vladimir de Faria Azevedo
Prefeito Municipal